

Autor: Erico Tavares de Carvalho Junior

Orientador: Ari Pedro Oro

Este trabalho versa a cerca da relação entre religião e política a partir de uma análise das candidaturas de religiosos aos cargos de deputado federal e deputado estadual no Rio Grande do Sul por ocasião das eleições gerais de 2014. Para dep. federal concorreram 308 candidatos a 31 vagas dos quais 18 acionaram sua identidade religiosa. Já para dep. estadual foram 675 candidatos concorrendo a 55 vagas, dos quais 36 acionaram sua identidade religiosa. Entre os eleitos se destacaram os candidatos evangélicos que conseguiram eleger 4 deputados federais e 4 deputados estaduais.

Candidatos a deputado federal	
Evangélicos	14
Católicos	4



Carlos Gomes (PRB) – pastor da IURD, cumpriu dois mandatos como deputado estadual. Elegeu-se deputado federal com 92.323 votos.



Ronaldo Nogueira (PDT) – pastor da Assembleia de Deus, foi vereador em Carazinho. Elegeu-se deputado federal com 77.017 votos.



Onix Lorenzoni (DEM) – membro da Igreja Luterana, cumpriu dois mandatos como dep. estadual, elegendo-se para o segundo mandato a dep. federal com 148.302 votos.



João Derly (PCdoB) – membro da Igreja Presbiteriana e ex-judoca. Elegeu-se vereador em 2012 e deputado federal em 2014 com 106.991 votos.

Candidatos a deputados estadual	
Evangélicos	31
Católicos	3
Afro religiosos	2
Espírita	1



Sérgio Peres (PRB) – pastor da IURD, elegeu-se dep. estadual em 2002 Elegeu-se novamente com 67.002 votos.



Volnei Alves (PR) – pastor da IMPD. Concorreu pela primeira vez e elegeu-se deputado estadual com 33.255 votos.



Lisiane Bayer (PSB) – pastora da IIGD, filha de Alcides Bayer, coordenador estadual da denominação. Elegeu-se com 29.121 votos.



Regina Becker Fortunati (PDT) – membro da Igreja Batista Filadélfia e esposa do atual prefeito de Porto Alegre, José Fortunati. Elegeu-se com 46.788 votos.



Marlon Santos (PDT) – médium espírita de Cachoeira do Sul, já havia sido eleito em 2002. Elegeu-se com 91.100 votos.

Quanto às candidaturas podemos fazer três breves observações:

a) As denominações neopentecostais, Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD), além da Assembleia de Deus (AD) adotando o modelo de candidatura oficial obtiveram os melhores resultados, elegendo 4 candidatos.

b) Os candidatos que não receberam o apoio oficial, assim como os candidatos de denominações independentes obtiveram um resultado fraco nas urnas pela pulverização dos votos entre eles.

c) Em três casos específicos (Onyx Lorenzoni, João Derly e Regina Becker Fortunati) embora os candidatos não utilizassem seu pertencimento religioso em suas campanhas, valendo-se de outras plataformas, este era plenamente conhecido no meio religioso, garantindo-lhes votos neste meio.

Metodologia:

Dentre os candidatos foram considerados aqueles que de alguma forma acionaram sua identidade religiosa durante a campanha. Para isso foi analisado o conteúdo do material de campanha impresso e virtual, sua propaganda eleitoral no rádio e televisão, assim como suas aparições públicas (carreatas, visitas e comícios). O que revelou uma diversidade de formas de acionar o religioso e associá-lo a imagem do candidato.

Referentes Teóricos:

Religioso Político: é o candidato cujos “vínculos religiosos são anteriores ao seu ingresso na política e que tal ingresso ocorreu mediante o apoio mais explícitos para uns, menos explícitos para outros (...) dos fiéis das suas respectivas denominações ou grupos religiosos. A expressão acima ainda pode ser mantida pelo fato de que após as eleições, os candidatos vitoriosos, no seu fazer político continuam a preservar e, por vezes, a acionar os seus vínculos identitários religiosos.” (ORO, 2004:15)

Candidatura oficial: é aquela lançada por uma denominação “cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe (...) Lançados os candidatos, usam os cultos, as concentrações massivas e a mídia própria (televisão, rádio, jornal) para fazer publicidade dos mesmos.” (ORO, 2003: 100-101)

Referencias:

ORO, A. P. Organização eclesial e eficácia política: o caso da igreja universal do reino de deus. In.: **Civitas** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 3, n.1, p. 97-110, 2003.

ORO, A. P. Religiões e eleições em Porto Alegre: um comparativo entre 2000 e 2004. **Debates do NER**, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, v. 6, p. 9-34, 2004.

ORO, A. P. e CARVALHO, E. T. Eleições Gerais de 2014: Religião e Política no Rio Grande do Sul. In.: **Debates do Ner**, v.1, n. 27, p.145-171, 2015